



EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0017/2023 Dispensa de Licitação N° 0007/2023

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Responsável: SAMARA LEORATO
Art. 24 Lei n° 8.666/93

Objeto: *Contratação de empresa especializada para realização de capacitação junto a equipe da Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CONVIVA e, equipes do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, referente a Política de Assistência Social e Organização do Serviço, ainda realização de capacitação e assessoria junto a equipe da Assistência Social, para aprimoramento da oferta e gestão dos serviços socioassistenciais. Com Recursos Próprios, Estadual e Federal.*

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, no uso de suas atribuições legais torna público o Processo Licitatório supracitado, conforme segue:

1. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

REFERENTE: *Atividades de estudo com equipe técnica, atividades de assessoria através de WhatsApp, sem limite de horas e resposta em até 1(hum) dia útil, durante mês referente assessoria técnica, para suporte, dúvidas, esclarecimentos e orientação técnica.*

Subsidio as equipes no processo de trabalho e conforme necessidade de pactuação de fluxos entre proteções sociais.

Rodas de conversa com a equipe, possibilitando reflexões sobre trabalho em equipe, ético, integração dos serviços. Trabalho com famílias do SUAS, relação com a rede intersetorial e socioassistencial. Demandas sugeridas pela equipe.

O Fundo municipal de Assistência Social, tem grande compromisso em bem atender e proporcionar aos usuários dos Equipamentos atendimento de qualidade, agilidade e eficiência.



Para que estes objetivos sejam alcançados é necessário exercer uma capacitação continuada a toda equipe, com finalidade de debater e aperfeiçoar processos, identificar formas que agilizem o atendimento e que o usuário tenha o benefício ou informação que necessita com clareza e presteza.

Tem por objetivo geral possibilitar a qualificação dos trabalhadores do SUAS, na perspectiva do aprimoramento da oferta e gestão dos serviços socioassistenciais, principalmente no aprimoramento da relação entre a proteção social básica e proteção social especial de média complexidade.

Portanto a contratação de uma empresa capacitada para desenvolver estes treinamentos com toda equipe torna-se fundamental para o processo.

A proposta é de assessoria para as equipes, por isso a divisão em três meses e acompanhamento neste período. Serão 24 horas de curso, divididas em oito horas mensais, por três meses, com consultorias através de WhatsApp, para suporte e orientação da equipe, durante outubro, novembro e dezembro.

Efetuada a pesquisa de preços junto a três fornecedores. Ouriques Consultoria, Resignificar Desenvolvimento profissional e Saada Social Consultorias e Desenvolvimento Profissional As três empresas encaminharam orçamentos assinados por e-mail. Após analisadas as propostas ofertadas, levou-se em consideração: Menor preço apresentado, abordagem dos temas, e local a ser realizado o treinamento.

Teve melhor proposta a Empresa Resignificar Desenvolvimento Profissional, inscrita no CNPJ 37.498.909/0001-21 representado pela profissional Karla Cardoso Borges, com valores de R\$12.900,00 (doze mil e novecentos reais) divididos em 3 (três) parcelas proporcionais de R\$ 4.300 (quatro mil e trezentos reais).

REFERENTE: *Contratação de 16 horas de capacitação para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos – CONVIVA. Contextualização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Aprofundamento de concepção de família, território e convivência social*

Possibilidade de Metodologia de trabalho no SCFV: Abordagem metodológica no SCFV a partir da Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire.

- Concepção e Fluxo do SCFV



- Organização (conforme os ciclos de vida)
- Abordagem metodológica
- Atribuições da equipe
- Percurso metodológico
- Relação com a rede socioassistencial

Contratação de 16 horas de capacitação para equipes de CRAS e CREAS

- Reflexões do Trabalho com Famílias no SUAS: Proteção Social, Território, vulnerabilidades, risco e violações de direitos.
- CRAS: Aspectos gerais dos serviços socioassistenciais de proteção social básica, com enfoque ao PAIF. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
- Fluxo de Trabalho CRAS e CREAS.
- CREAS: Aspectos gerais dos serviços socioassistenciais, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Serviço Especializado em Abordagem Social. Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA (Liberdade Assistida) e PSC (prestação de Serviço à Comunidade). Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias.
- Fluxo de Trabalho CREAS e CRAS.
- Estudo de caso.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV) complementa o trabalho social com famílias ofertado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), e, pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Todas as ações do SCFV são planejadas com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio de intervenções sociais, criando situações desafiadoras e estimulantes, orientando os usuários na reconstrução de suas histórias.

Já o público do PAIF são os indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, mas, ainda, com vínculos familiares preservados. O PAEFI se destina àqueles que estão em situação de violação de direito. Na maioria das vezes, seus vínculos familiares e comunitários foram rompidos ou fragilizados.



Com objetivo de qualificar trabalhadores do SUAS com vistas a aprofundar as relações teórico prático do SCFV, detalhando a organização, articulações necessárias e apresentação de abordagem metodológica.

E aprimorar o fluxo de trabalho CRAS e CREAS, a partir de serviços socioassistenciais a relação com a rede. Se faz necessário conhecer mais profundamente as políticas aplicadas ao Serviço, e aos equipamentos, para traçar uma organização que gere maior amplitude de atendimentos, eficácia e clareza do trabalho desenvolvido.

Por este motivo capacitar a equipe que trabalha diretamente com os usuários, levando a eles o entendimento de como funciona e o porquê destina-se os serviços aos mesmos e suas famílias.

Com este objetivo, optou-se em contratar uma empresa capacitada em desenvolver treinamento com a Equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos – CONVIVA, e Equipamentos CRAS e CREAS.

Os encontros para o SCFV serão realizados nos dias 23 e 24 de outubro em Treze Tílias em módulo presencial. Serão 16 horas de capacitação.

Para os Equipamentos CRAS e CREAS também serão 16 horas de capacitação divididos nos dias 06 ,14 e 15 de novembro, sendo em módulo presencial dia 06 e on line nos dias 14 e 15 de novembro.

Efetuada a pesquisa de preços junto a três fornecedores. Ouriques Consultoria, Resignificar Desenvolvimento profissional e Daniele Cima Cardoso. As três empresas encaminharam orçamentos assinados por e-mail. Após analisadas as propostas ofertadas, levou-se em consideração: Menor preço apresentado, abordagem dos temas, e Locais a ser realizado o treinamento.

A empresa que apresentou melhor proposta foi a Empresa K&B Desenvolvimentos Profissional LTDA, inscrita no CNPJ 37.498.909/0001-21 representado pela profissional Karla Cardoso Borges, com valores de R\$ 16.800,00, que será rateada por 9 (nove)municípios da AMMOC, que aderiram a proposta. Por este motivo o valor total para cada município ficará em R\$ 1.866,66, abrangendo as duas capacitações.

Serão R\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos), para cada capacitação, divididos em parcelas proporcionais para cada Municípios no Valor de R\$ 933,00 (novecentos e trinta e três reais), cada capacitação.

2. DA PREVISÃO LEGAL



A presente contratação encontra respaldo no art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores.

Art. 24. *É dispensável a licitação:*

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

3. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO

A empresa acima mencionada, foi selecionada para realização do objeto, de acordo com a justificativa apresentada no item 1 deste instrumento e por estar em dia com sua regularidade fiscal e trabalhista, documentações de Pessoa Jurídica, bem como demais apresentadas.

No que se refere ao preço, a empresa acima qualificada apresentou a proposta, a qual foi analisada e aceita pela Secretaria Competente, portanto o valor a ser pago será de acordo com a tabela abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1	UN	Contratação de 16 horas de capacitação para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos – CONVIVA. Contextualização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Aprofundamento de concepção de família, território e convivência social Possibilidade de Metodologia de trabalho no SCFV: Abordagem metodológica no SCFV a partir da Pedagogia Problematicadora de Paulo Freire. - Concepção e Fluxo do SCFV - Organização (conforme os ciclos de vida) - Abordagem metodológica	933,33	933,33



			- Atribuições da equipe - Percurso metodológico - Relação com a rede socioassistencial		
2	1	UN	Contratação de 16 horas de capacitação para equipes de CRAS e CREAS <ul style="list-style-type: none">• Reflexões do Trabalho com Famílias no SUAS: Proteção Social, Território, vulnerabilidades, risco e violações de direitos.• CRAS: Aspectos gerais dos serviços socioassistenciais de proteção social básica, com enfoque ao PAIF. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas.• Fluxo de Trabalho CRAS e CREAS.• CREAS: Aspectos gerais dos serviços socioassistenciais, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Serviço Especializado em Abordagem Social. Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA (Liberdade Assistida) e PSC (prestação de Serviço à Comunidade). Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias.• Fluxo de Trabalho CREAS e CRAS.• Estudo de caso.	933,33	933,33
3	3	UN	Atividades de estudo com equipe técnica, atividades de assessoria através de WhatsApp, sem limite de horas e resposta em até 1 (hum) dia útil, durante mês referente assessoria técnica, para suporte, dúvidas, esclarecimentos e orientação técnica. Subsidio as equipes no processo de trabalho e conforme necessidade de pactuação de fluxos entre proteções	4.300,00	12.900,00



			sociais. Rodas de conversa com a equipe, possibilitando reflexões sobre trabalho em equipe, ético, integração dos serviços. Trabalho com famílias do SUAS, relação com a rede intersetorial e socioassistencial. Demandas sugeridas pela equipe.			
					Total:	14.766,66

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE	2124
PROJETO/ATIVIDADE	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CONVIVA
REDUZIDO	10
ELEMENTO DE DESPESA	3390

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE	2128
PROJETO/ATIVIDADE	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
REDUZIDO	17
ELEMENTO DE DESPESA	3390

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE	2130
PROJETO/ATIVIDADE	Centro de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS
REDUZIDO	22
ELEMENTO DE DESPESA	3390

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

1.665.0000.0053.00 – Transferência de Convênios

1.500.0000.0000.00 - Recurso ordinário

1.660.0000.0052.00 – Outras Transferências de recursos do Fundo



5. DA VIGÊNCIA

O contrato decorrente desta licitação terá **prazo de vigência até 31/12/2023**, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse por parte da Administração, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

A Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 09 de outubro de 2023.

SAMARA LEORATO

Secretária de Assistência Social
Município de Capinzal



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório N° 0017/2023
Dispensa de Licitação N° 0007/2023
CONTRATO N° XXXX/XXXX

DAS PARTES

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPINZAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n° 01.842.685/0001-86, com sede Administrativa provisória no "Centro Social São Francisco", situado na Rua Dr. Wilson Bordin, n° 11, Centro, CEP 89.665-000, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Assistência Social, Sra. SAMARA LEORATO, inscrita no CPF XXX.XXX.XXX-XX, designado CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa XXX inscrita no CNPJ sob o n° xxx, com sede à xxx, no Município de xxx, xxx, e-mail xxx, telefone xxx, representada neste ato pelo(a) seu(u) Administrador/Procurador(a) xxx, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX doravante simplesmente designada CONTRATADA.

Nos termos do Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação supracitados, bem como das normas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Objeto: _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita obediência ao presente instrumento, devendo ser observados integralmente o procedimento de Dispensa de licitação e seus anexos, bem como a proposta elaborada pela CONTRATADA, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, sendo qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, considerado especificado e válido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



3.1. O preço certo e ajustado entre as partes pela perfeita e integral execução do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (valor por extenso), conforme proposta apresentada pela contratada e conforme quadro abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
				Total:	

3.2. No preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de vigência contratual, vedado qualquer reajustamento de preços contrário aos termos do que dispõe o §1º art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação aplicável.

3.4. **O pagamento será efetuado após a realização dos serviços**, mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

3.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade – Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e Comprovante de Regularidade do FGTS.

3.5.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

3.6. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 3.4 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.



3.7. Antes de ser efetuado o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA com relação aos documentos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do Art. 55 da Lei n. 8.666/93, cujos documentos serão anexados no processo de pagamento.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9. A CONTRATANTE somente atestará a entrega e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.10. O Poder Executivo do Município de Capinzal, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 083, de 18 de julho de 2023, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Administração Pública Direta e Indireta, e Câmara de Vereadores do Município de Capinzal, SC, e dá outras providências”, bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº [9.430](#) de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

3.11. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 083/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

3.12. Na forma do art. 2º do Decreto Municipal n. 083/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 1º de agosto de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente:



CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O presente Contrato terá prazo de entrega nos meses de outubro, novembro e dezembro, após solicitação de Autorização de Fornecimento, conforme solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, na ocorrência das hipóteses do art. 57, §1º, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

5.2. O presente Contrato terá **prazo de vigência** _____, obedecida a regra geral do caput do art. 57, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser prorrogada, desde que haja interesse da Administração.

5.2.1. Encerrada sua vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

5.2.2. Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

5.3. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados pela CONTRATANTE e de acordo com a proposta apresentada, parte integrante deste instrumento, bem como cumprir com todas as normas e determinações necessário para a entrega, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas.

6.1.2. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na entrega, mesmo que estes não sejam de sua competência.



6.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.1.4. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo procedimento de Licitação, sem ônus à CONTRATANTE, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

6.1.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições mínimas de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 71 da Lei n. 8.666/93.

6.2. São obrigações do Município CONTRATANTE:

6.2.1. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato.

6.2.2. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e informações indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

6.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da entrega do objeto deste contrato, visando a sua regularização.

6.2.4. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço que a CONTRATADA executar em desacordo com as especificações da Dispensa de Licitação e do presente contrato.

6.2.5. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos na Cláusula Terceira.

6.2.6. Providenciar a respectiva publicação, em resumo, do extrato do presente instrumento e de eventuais aditivos, na imprensa oficial, na forma prevista em Lei.

6.2.6.1. As despesas resultantes da publicação e de seus eventuais aditivos correrão por conta da CONTRATANTE.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos do que determina o art. 67 da Lei n. 8.666/93, a execução deste Contrato será fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado em ato próprio da autoridade competente, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, na hipótese de não serem sanadas de imediato, serão objeto de notificação formal e escrita, havendo a possibilidade de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, na Lei n. 8.666/93 e demais legislação aplicável.

7.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

7.3. O fiscal deverá solicitar à autoridade superior competente as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

7.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, notadamente pelo não cumprimento das normas de licitação e contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei n. 8.663/93 e suas alterações, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes sanções legais:

- a) advertência;
- b) multa, por atraso injustificado na execução do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



8.2. As penalidades serão aplicadas, também, em observância ao Decreto Municipal Nº 043, de 03 de julho de 2008 (anexo), que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos no Municípios de Capinzal. Disponível no sítio: www.capinzal.sc.gov.br.

8.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, facultada a defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.4. De conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/93, o atraso injustificado na execução do serviço objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

8.4.1. Sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de Multa de mora, observado o Decreto Municipal n. 043/2008, nas seguintes condições:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de execução, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na execução do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de execução.



8.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato; quando for o caso;
- II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

8.5.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.5.2. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 5 (cinco) dias, e a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

8.5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 8.4.1.

8.5.4. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 8.4.1 não se aplica às hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

8.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada conforme a natureza e a gravidade da falta eventualmente cometida;

8.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação, podendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo.

8.7.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.



8.7.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

8.8. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a eventual aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial do Município CONTRATANTE.

8.9. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dias úteis de expediente no órgão ou na entidade.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O objeto deste contrato será recebido pela CONTRATANTE consoante o disposto no art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

9.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar/executar o objeto conforme solicitação da Secretaria Competente deste Município, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis, pelo descumprimento de cláusulas contratuais, conforme acima.

9.2.1. O recebimento provisório do objeto implica tão somente na transferência da responsabilidade pela sua guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da total regularidade do objeto, após comprovação da qualidade e conseqüentemente aceitação, se for o caso.

9.3. O objeto será rejeitado na hipótese de se for executado em desacordo com o estabelecido no Edital, proposta e Contrato.

9.3.1. Na hipótese de o objeto não ser entregue de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Capinzal, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da CONTRATADA.



9.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela qualidade e segurança do objeto executado.

9.4.1. O recebimento do objeto, de modo Provisório ou Definitivo, não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, nos termos do §2º do art. 73 da Lei n. 8.666/93, cabendo à CONTRATADA refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, desconformidades ou incorreções resultantes de sua execução, dentro do prazo razoável a ser concedido pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações pela CONTRATADA.

9.4.2. Caso as eventuais correções não ocorram no prazo determinado, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, determinado por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de ocorrência dos casos elencadas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

10.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, de forma amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração, nos termos do que assegura o art. 79 da Lei n. 8.666/93.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece, desde logo, o direito de a CONTRATANTE adotar, no que couber, as medidas previstas no art. 80 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

11.1.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste instrumento, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial,



constituindo sua inobservância, motivo para rescisão do contrato. (Art. 78, inciso VI, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DOS CASOS OMISSOS

12.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo Licitatório de Dispensa de Licitação que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e demais legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1. A troca eventual de documentos e informações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser feita por escrito, mediante protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou outros meios correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questionamentos, porventura, relacionados à execução do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas ao final subscritas, a fim de que produza seus efeitos legais, cujo instrumento ficará arquivado, em uma via, no Município de Capinzal e uma via com a empresa, nos termos do que dispõe o art. 60, da Lei n. 8.666/93.

Capinzal, SC, XX de XXXXXXXXX de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal
CONTRATADA



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário (a) de XXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

Testemunhas:
